

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE IPORÁ - UNIPORÁ

BRUNA DA SILVA FELIZARDO

**USO RACIONAL DE PSICOTRÓPICOS NA ANSIEDADE: O PAPEL
ESSENCIAL DO FARMACÊUTICO**

IPORÁ - GOIÁS

2025

BRUNA DA SILVA FELIZARDO

**USO RACIONAL DE PSICOTRÓPICOS NA ANSIEDADE: O PAPEL
ESSENCIAL DO FARMACÊUTICO**

Artigo apresentado à Banca Examinadora do Curso de Farmácia do
Centro Universitário de Iporá - UNIPORÁ como exigência parcial para
obtenção do título de Bacharel em Farmácia.
Orientador: Prof. Ms. Kaio José Silva Maluf Franco

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Kaio José Silva Maluf Franco - UNIPORÁ
Presidente da Banca e Orientador

Prof. Esp. Geremias Lima Pereira - UNIPORÁ
Examinador

Prof. Esp. Valdomiro Alves de Paula - UNIPORÁ
Examinador

IPORÁ – GOIÁS
2025

USO RACIONAL DE PSICOTRÓPICOS NA ANSIEDADE: O PAPEL ESSENCIAL DO FARMACÊUTICO¹

RATIONAL USE OF PSYCHOTROPICS IN ANXIETY: THE ESSENTIAL ROLE OF THE PHARMACIST

Bruna da Silva Felizardo²

RESUMO

Os transtornos de ansiedade constituem um significativo problema de saúde pública, e o tratamento com medicamentos psicotrópicos, embora eficaz, apresenta desafios como a automedicação e a baixa adesão. Este trabalho teve como objetivo geral analisar o papel do farmacêutico na promoção do uso racional de psicotrópicos no tratamento da ansiedade, com foco no acompanhamento do paciente, prevenção da automedicação e integração com a equipe de saúde. Trata-se de uma revisão bibliográfica integrativa com artigos publicados entre 2015 e 2025. Os resultados demonstram que a atuação clínica do farmacêutico, por meio da atenção farmacêutica, é fundamental para otimizar a terapia, aumentar a adesão e garantir a segurança do paciente. A comunicação eficaz com a equipe de saúde e a educação do paciente foram identificadas como estratégias essenciais. Conclui-se que o farmacêutico é um agente indispensável no cuidado integral ao paciente com transtornos de ansiedade, mas sua atuação ainda enfrenta barreiras estruturais e de integração profissional que precisam ser superadas para consolidar sua função clínica.

Palavras-chave: Atenção farmacêutica. Transtornos de ansiedade. Psicotrópicos. Uso racional de medicamentos. Farmacêutico.

ABSTRACT

Anxiety disorders constitute a significant public health problem, and treatment with psychotropic drugs, although effective, presents challenges such as self-medication and low adherence. The main objective of this study was to analyze the role of the pharmacist in promoting the rational use of psychotropics in the treatment of anxiety, focusing on patient monitoring, prevention of self-medication, and integration with the healthcare team. This is an integrative literature review of articles published between 2015 and 2025. The results demonstrate that the clinical practice of the pharmacist, through pharmaceutical care, is fundamental to optimizing therapy, increasing adherence, and ensuring patient safety. Effective communication with the healthcare team and patient education were identified as essential strategies. It is concluded that the pharmacist is an indispensable agent in the comprehensive care of patients with anxiety disorders, but their practice still faces structural and professional integration barriers that must be overcome to consolidate their clinical role.

Keywords: Pharmaceutical care. Anxiety disorders. Psychotropic drugs. Rational use of drugs. Pharmacist.

¹ Artigo apresentado à Banca Examinadora do Curso de Farmácia do Centro Universitário de Iporá - UNIPORÁ como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Farmácia. Orientador: Prof. Ms. Kaio José Silva Maluf Franco.

² Acadêmica do Curso de Farmácia do Centro Universitário de Iporá-UNIPORÁ, GO. Email: felizardobruna47@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Os transtornos de ansiedade representam uma questão de saúde pública global, afetando milhões de pessoas e impactando diretamente sua qualidade de vida. No Brasil, país com uma das maiores prevalências de ansiedade, o tratamento farmacológico com medicamentos psicotrópicos é uma abordagem terapêutica amplamente utilizada. Embora essenciais para o manejo de quadros clínicos, o uso desses medicamentos é permeado por desafios complexos, como a automedicação, a baixa adesão ao tratamento e o uso inadequado, que podem comprometer a segurança do paciente e a eficácia da terapia. Nesse contexto, o profissional farmacêutico emerge como um agente de saúde estratégico, posicionado na linha de frente do cuidado e com potencial para promover o uso correto e seguro desses fármacos.

Diante desse cenário, este trabalho é norteado pelo seguinte problema de pesquisa: Como o farmacêutico pode atuar de forma mais eficaz na promoção do uso racional de psicotrópicos no tratamento da ansiedade, prevenindo a automedicação e fortalecendo a integração com o grupo de saúde? A justificativa para esta investigação surge tanto da relevância social do tema quanto de uma motivação pessoal e acadêmica. O interesse pela saúde mental e pelo impacto dos medicamentos controlados foi impulsionado por experiências práticas em farmácia, onde foi possível observar a frequência com que esses fármacos são utilizados de forma inadequada, muitas vezes sem o devido acompanhamento profissional. Essa vivência reforçou a percepção de que o farmacêutico pode e deve desempenhar um papel mais ativo na orientação e no cuidado ao paciente, indo além da simples dispensação.

Buscando responder a essa problemática, o objetivo geral deste estudo é analisar o papel do farmacêutico no uso racional de psicotrópicos no tratamento da ansiedade, com foco no acompanhamento do paciente, na prevenção da automedicação e na sua integração com a equipe de saúde. Para alcançar tal propósito, a estrutura deste artigo foi organizada de modo a, primeiramente, analisar e sintetizar informações sobre o uso de medicamentos psicotrópicos e a atuação farmacêutica por meio de uma revisão bibliográfica. Em seguida, serão apresentados e discutidos os resultados, confrontando os achados da literatura com as hipóteses da pesquisa, que abordam desde a automedicação até a necessidade de um modelo de cuidado colaborativo. Por fim, a conclusão sintetizará as principais evidências,

reforçando a importância do farmacêutico como peça-chave no cuidado integral ao paciente com transtornos de ansiedade.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O papel do farmacêutico no uso racional de psicotrópicos

O objetivo dessa seção é reunir conhecimento já existente sobre a atuação do farmacêutico no uso racional de psicotrópicos para fundamentar discussões acadêmicas e profissionais e mapear os principais desafios e limitações enfrentados pelos farmacêuticos na prática clínica relacionada ao uso de psicotrópicos. Para alcançar esse propósito, o conteúdo será desenvolvido em duas subseções: a primeira detalhará as atribuições e a importância do farmacêutico na promoção do uso seguro e eficaz desses medicamentos, e a segunda mapeará os principais desafios e limitações que dificultam essa prática clínica.

2.1.1 Atuação do farmacêutico no uso racional de psicotrópicos

A assistência farmacêutica, definida como um conjunto sistêmico e multidisciplinar de ações, tem o uso racional de medicamentos como seu eixo central, sendo o farmacêutico o profissional mais qualificado para coordenar essas ações. Sua atuação na dispensação de psicofármacos transcende a logística, envolvendo o controle de interações, o monitoramento das quantidades e o acompanhamento individualizado para garantir o consumo consciente e a qualidade de vida do paciente. Conforme preconiza a Política Nacional de Assistência Farmacêutica, essa prática inclui a interação direta com o usuário para assegurar a adesão e a segurança terapêutica, contribuindo ativamente para a recuperação de pacientes com transtornos de humor por meio de orientação qualificada (Marquez *et al.*, 2022, p. 20).

O papel do farmacêutico no uso racional de psicotrópicos evoluiu para além da simples entrega de medicamentos, consolidando-se como uma prática clínica estratégica e autônoma. Para reduzir problemas relacionados aos medicamentos, como o abandono da terapia, o profissional atua no monitoramento do tratamento, entendendo a dispensação como parte de um processo de cuidado voltado à prevenção e promoção da saúde. Nesse sentido, as orientações e intervenções farmacêuticas são fundamentais para garantir o uso correto dos psicotrópicos, que funcionam como ferramentas para a recuperação da saúde mental do paciente,

reforçando o papel essencial do farmacêutico no acompanhamento terapêutico (Marquez *et al.*, 2022, p. 17).

No âmbito do uso racional de psicotrópicos, a intervenção farmacêutica é essencial para garantir a segurança e a eficácia do tratamento. Compete a este profissional assegurar que a prescrição seja apropriada, avaliando o histórico do paciente, possíveis interações medicamentosas e contraindicações específicas, uma análise criteriosa que previne diretamente os erros de medicação. Além da avaliação clínica, o farmacêutico é responsável por garantir a correta dispensação e o armazenamento adequado desses medicamentos, respeitando as regulamentações de controle e mantendo registros precisos para evitar desvios e uso indevido. Essa gestão responsável e eficaz, que visa proteger tanto os pacientes quanto a comunidade ao prevenir o acesso não autorizado, consolida o papel do farmacêutico como um guardião da saúde pública (Marques *et al.*, 2024, p. 403).

Com base em Zanella *et al.* (2015, p. 330), a conscientização do paciente é decisiva para superar barreiras intrínsecas à adesão aos psicotrópicos — como medo, esquecimento e baixa compreensão — e cabe ao farmacêutico conduzir educação e diálogo contínuos para transformar comportamentos e sustentar a eficácia do tratamento. Antes da dispensação, é imprescindível a conferência rigorosa da prescrição conforme a Portaria 344/98, verificando legibilidade e a presença de todos os dados obrigatórios para a correta dispensação de substâncias sujeitas a controle especial. Esse processo se desdobra na checagem detalhada de assinatura e carimbo profissionais, identificação do paciente, nome do medicamento, dose, forma farmacêutica e posologia, assegurando que o usuário receba o fármaco correto na forma e esquema adequados, reduzindo erros e riscos à segurança do paciente. Na prática, tais intervenções ainda são irregulares, o que evidencia a necessidade de fortalecer a colaboração interprofissional e o intercâmbio de informações com o médico para resolver problemas relacionados a medicamentos e garantir uso seguro e racional de psicotrópicos no cuidado centrado na pessoa.

De acordo com Zanella *et al.* (2015, p. 326), o desconhecimento do papel clínico do farmacêutico nos CAPS ainda limita a efetividade do cuidado com psicotrópicos, pois a dispensação é frequentemente reduzida à entrega de medicamentos, apesar de ser momento-chave para educação em saúde, detecção de riscos e ajuste da farmacoterapia no ponto de cuidado. Nesse cenário, a função educativa do farmacêutico é essencial para a segurança do paciente, envolvendo

explicações claras sobre propósito terapêutico, mecanismos e etapas do uso do medicamento até a administração e conservação, prevenindo interações, reações adversas e intoxicações, e impactando adesão e resultados clínicos de forma direta. Assim, o farmacêutico não é apenas quem entrega o medicamento, mas quem orienta o uso correto, identifica e corrige problemas relacionados a medicamentos e atua como peça central da assistência à saúde, aproveitando a dispensação como uma das últimas oportunidades dentro do serviço para reduzir riscos da farmacoterapia. Diante das dificuldades comuns de adesão em saúde mental — como medo, esquecimento e baixa compreensão — o acompanhamento e a educação estruturada pelo farmacêutico favorecem que o paciente entenda o porquê de cada psicotrópico, sinta-se seguro no tratamento e mantenha o regime prescrito com mais qualidade e continuidade.

A promoção do uso racional de psicotrópicos pelo farmacêutico se desdobra em várias frentes de atuação, todas centradas na segurança e eficácia terapêutica. Durante a dispensação, o profissional deve realizar uma avaliação individualizada, considerando o histórico do paciente, comorbidades e possíveis interações medicamentosas para minimizar riscos e otimizar os resultados. Além do balcão, o farmacêutico possui um papel educativo fundamental, utilizando campanhas, palestras e outras iniciativas para esclarecer dúvidas, combater mitos e orientar a população sobre o uso correto e responsável desses medicamentos. Sua responsabilidade inclui, ainda, a farmacovigilância, por meio da notificação de reações adversas, e a gestão de controle e rastreabilidade, implementando sistemas de registro que ajudam a combater o uso indevido e o desvio de substâncias controladas, garantindo que o acompanhamento farmacoterapêutico melhore a adesão e reduza eventos adversos (Marques *et al.*, 2024, p. 411).

As atribuições do farmacêutico transcendem a dispensação, assumindo um papel central na vigilância e no manejo clínico do uso de psicotrópicos. Este profissional é essencial na identificação e gestão de casos de abuso ou dependência, atuando como um guardião da saúde pública ao promover o uso responsável e seguro desses potentes agentes terapêuticos. O cuidado farmacêutico abrange desde a análise criteriosa da prescrição até o acompanhamento contínuo do paciente por meio de consultas, nas quais se monitora a resposta ao tratamento, avaliam-se efeitos adversos e se educa sobre o uso correto dos medicamentos. Essa intervenção proativa é fundamental para garantir a segurança, eficácia e qualidade do tratamento

medicamentoso, fortalecendo a adesão terapêutica e reduzindo os riscos associados (Marques *et al.*, 2024, p. 404).

Marquez *et al.* (2022, p. 21) afirmam que a assistência farmacêutica na gestão de psicotrópicos demanda do profissional conhecimento clínico, habilidades específicas e uma conduta pautada na ética e na responsabilidade compartilhada com o paciente, visando à promoção da saúde e à recuperação. A prática se desenvolve a partir de uma análise completa do tratamento, seguida pela elaboração de um plano de ação em parceria com o paciente para prevenir e solucionar problemas, e pela avaliação contínua do processo terapêutico. Nesse modelo, o paciente é o titular das decisões, devendo ser sempre informado sobre os riscos e benefícios para exercer sua autonomia. Além desse cuidado direto, o farmacêutico cumpre responsabilidades regulatórias, como o envio quinzenal das notificações de receita à autoridade sanitária, integrando o cuidado individual à segurança coletiva.

A eficácia da terapia com psicotrópicos é significativamente potencializada pela intervenção farmacêutica estruturada. Marques *et al.* (2024, p. 412) afirmam que evidências demonstram que o acompanhamento individualizado e a educação em saúde promovem um aumento expressivo na adesão ao tratamento com antidepressivos, além de estarem associados a uma redução relevante na incidência de reações adversas. A colaboração entre farmacêuticos e médicos na seleção e no ajuste de doses melhora os indicadores clínicos em transtornos de ansiedade generalizada, e as consultas farmacêuticas permitem o monitoramento contínuo e a detecção precoce de efeitos colaterais. A inserção do farmacêutico nos diferentes níveis de atenção assegura esse acompanhamento individualizado, que sustenta decisões terapêuticas mais seguras e efetivas ao longo do cuidado.

Zanella *et al.* (2015, p. 327) afirmam que estar pronto para cumprir a função clínica significa manter foco contínuo no cuidado centrado no paciente, oferecendo orientação, intervenções farmacêuticas e acompanhamento da adesão como atribuições previstas e regulamentadas da prática clínica farmacêutica. Ainda que a gestão e a logística façam parte do escopo profissional, a prioridade deve ser integrar atividades administrativas ao propósito assistencial, garantindo que processos de seleção, programação, armazenamento e análise de prescrições sustentem decisões clínicas e segurança do paciente. Desse modo, torna-se um desafio crítico o excesso de tarefas administrativas que consomem tempo do atendimento direto, reduzindo educação em saúde, conciliação medicamentosa e intervenções na farmacoterapia, o

que exige reorganização do trabalho e pactuação institucional para liberar agenda clínica do farmacêutico. Estratégias viáveis incluem padronizar fluxos e protocolos, usar tecnologias (telecuidado, contatos ativos) para ampliar o alcance clínico sem perder qualidade, e registrar sistematicamente as ações clínicas para dar visibilidade e valor ao impacto no desfecho do paciente.

As funções clínicas e gerenciais do farmacêutico são indispensáveis e complementares — da gestão da Assistência Farmacêutica e controle de psicotrópicos à educação em saúde, acompanhamento farmacoterapêutico e intervenções para adesão — sustentando o uso racional de psicotrópicos em todas as etapas do cuidado. No entanto, quando as ações ficam centradas apenas na disponibilidade e distribuição, sem priorizar orientação, monitoramento e resolução de problemas relacionados a medicamentos, perpetua-se um modelo que não garante o uso correto e consciente desses fármacos na prática. É estratégico reorientar a assistência para o cuidado centrado na pessoa, investindo em formação continuada, especialização em saúde mental e desenvolvimento de competências clínicas específicas para psicofármacos e protocolos colaborativos interprofissionais. Encerrando, é fundamental inserir e fortalecer o farmacêutico nas equipes multiprofissionais de saúde mental — inclusive nos CAPS — com capacitação e espaço para atuação clínica, a fim de promover o uso adequado, seguro e racional de psicotrópicos e melhorar resultados terapêuticos e a qualidade de vida dos pacientes (Zanella *et al.*, 2015, p. 331).

2.1.2 Principais desafios e limitações dos farmacêuticos na prática clínica sobre o uso de psicotrópicos

Um desafio proeminente na prática clínica farmacêutica é o problema global do uso incorreto de medicamentos, uma vez que a prescrição, dispensação e comercialização inadequadas são práticas difundidas. Fatores como a polifarmácia, a prescrição sem base em diretrizes clínicas e a automedicação agravam o uso irracional de psicotrópicos, expondo os pacientes a tratamentos excessivos e não individualizados. Nesse contexto, o farmacêutico enfrenta a limitação de necessitar de uma gestão eficiente dos insumos e do acompanhamento próximo do paciente para assegurar a entrega em quantidades adequadas e orientar o consumo correto. O controle sobre essas variáveis é uma responsabilidade clínica e sanitária essencial para mitigar os riscos associados (Marquez *et al.*, 2022, p. 22-23).

Um dos principais desafios na prática clínica farmacêutica sobre o uso de psicotrópicos é a não adesão, que compromete a recuperação da saúde mental e dificulta a continuidade do tratamento. Este cenário é agravado pelo uso irracional de medicamentos, que pode resultar em consequências graves como a dependência farmacológica, representando um desafio constante na prevenção. Além disso, a administração inadequada dos psicotrópicos expõe os pacientes a riscos significativos, incluindo reações adversas e intoxicações. Lidar com essas complexidades, desde o abandono da medicação até a prevenção de dependência e eventos adversos, constitui uma limitação central na prática clínica do farmacêutico (Marquez *et al.*, 2022, p. 17).

A administração e o controle de psicotrópicos representam uma das áreas mais complexas da atuação farmacêutica, exigindo um elevado nível de conhecimento técnico e responsabilidade para equilibrar a eficácia terapêutica com a segurança do paciente. Entre os principais desafios, destacam-se limitações como a falta de capacitação contínua específica em farmacoterapia psiquiátrica e barreiras na integração com a equipe multiprofissional, que dificultam um cuidado clínico eficaz. Além disso, a sobrecarga de demandas técnicas e a ausência de protocolos institucionais podem comprometer a dedicação do farmacêutico ao aconselhamento e à educação do paciente, intervenções indispensáveis para melhorar a adesão e reduzir os riscos associados ao uso inadequado dessas substâncias (Marques *et al.*, 2024, p. 403).

A consolidação da farmácia clínica em psiquiatria enfrenta desafios estruturais e operacionais significativos. A ausência de infraestrutura mínima e a necessidade de readequação dos processos hospitalares são obstáculos iniciais, que se somam à dificuldade de obter o convencimento técnico e científico da equipe multidisciplinar e dos gestores. No campo clínico, o gerenciamento de psicotrópicos é complexo devido ao seu elevado potencial de interações medicamentosas e reações adversas, com a dependência da eficácia em relação à dose exigindo monitoramento constante. Diante desse cenário, a sobrecarga de atividades e as limitações estruturais comprometem a capacidade do farmacêutico de realizar o acompanhamento farmacoterapêutico pleno, dificultando seu papel essencial na orientação de pacientes e na prevenção de eventos adversos (Coutinho *et al.*, 2021, p. 5).

A efetividade da atuação clínica do farmacêutico nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) é diretamente impactada pela ausência de diretrizes claras e de

um suporte contínuo da gestão central da Assistência Farmacêutica Municipal, o que gera uma acentuada variação na qualidade do serviço entre as unidades. A falta de padronização dos procedimentos e a liderança de estruturas gerenciais por não farmacêuticos frequentemente limitam a autonomia técnico-científica do profissional, restringindo sua capacidade de intervenção. Essas lacunas estruturais se manifestam na ausência completa de farmacêuticos em algumas unidades e na falta de comunicação entre os profissionais do hospital e os pacientes atendidos no CAPS, comprometendo a continuidade do cuidado e a integração terapêutica. Embora manuais técnicos nacionais e políticas municipais apontem para a responsabilidade da gestão em estabelecer protocolos e fluxos de informação, a cobertura incompleta na rede evidencia uma falha na institucionalização do componente clínico da farmacoterapia no território (Zanella *et al.*, 2015, p. 327).

Além dos desafios clínicos, a prática farmacêutica na utilização de psicotrópicos é marcada por exigências profissionais e regulatórias que representam limitações significativas. A atuação eficaz demanda não apenas conhecimento clínico e habilidades específicas, mas também o desenvolvimento de uma postura ética e de responsabilidade compartilhada no cuidado ao paciente. Soma-se a isso o desafio de cumprir rigorosas obrigações legais, como o controle sanitário e a apresentação quinzenal das notificações de receita à autoridade sanitária, conforme determina a Portaria nº 344/98 (Brasil, 1998). O cumprimento dessas exigências representa um desafio importante na rotina do farmacêutico, que precisa conciliar as complexas demandas regulatórias com a prática clínica centrada no paciente (Marquez *et al.*, 2022, p. 21).

Outro desafio significativo na prática clínica farmacêutica reside nas rotinas de dispensação nos CAPS, onde a entrega de medicamentos frequentemente não é realizada por um farmacêutico e a análise prévia das prescrições constitui uma prática minoritária. Tal cenário é, em parte, um reflexo da inserção tardia de disciplinas clínicas nos currículos de Farmácia, o que resultou em uma heterogeneidade de competências entre os profissionais em serviço. Nesse contexto, a educação continuada torna-se fundamental para superar a base curricular historicamente tecnicista e desenvolver as habilidades clínicas e holísticas que o cuidado em saúde mental exige. A ausência do farmacêutico em diversas unidades leva à dispensação de psicotrópicos por outros profissionais, como a equipe de enfermagem, configurando um desvio de atribuições que eleva os riscos à segurança do paciente e

à conformidade regulatória. A superação desse modelo demanda uma mudança cultural e de comportamento que exige tempo, além de esforço institucional e individual, para que a abordagem clínica seja efetivamente consolidada (Zanella *et al.*, 2015, p. 329).

As limitações na prática clínica também se manifestam em barreiras subjetivas, como a insegurança de parte dos farmacêuticos sobre suas atribuições e importância na equipe multiprofissional. Essa percepção, que por vezes leva à crença de que suas funções seriam delegáveis, revela uma subvalorização do escopo clínico e de gestão da farmacoterapia. Tal visão é particularmente problemática ao se considerar que pacientes com transtornos mentais apresentam maior dificuldade de adesão e riscos elevados de problemas relacionados a medicamentos, exigindo monitoramento estruturado. Na prática, essa fragilidade identitária reflete-se em uma menor propensão a orientar pessoas com transtornos mentais em comparação a pacientes com outras condições crônicas, evidenciando barreiras estigmatizantes e de competência comunicacional. Este cenário persiste apesar de diretrizes nacionais reconhecerem as atribuições clínicas do farmacêutico como essenciais e não delegáveis para a segurança do paciente (Zanella *et al.*, 2015, p. 330).

A descontinuidade do cuidado farmacêutico em saúde mental é agravada pela ausência de um monitoramento estruturado e institucionalizado do tratamento, o que fragiliza o acompanhamento do paciente. Na prática, a avaliação de todas as prescrições e a dispensação realizadas diretamente pelo farmacêutico são ações minoritárias, reduzindo o controle clínico sobre o uso de psicotrópicos. Soma-se a isso o fato de que a interlocução sistemática com a equipe médica para discutir a farmacoterapia e apoiar a adesão não é uma prática habitual, enfraquecendo a colaboração interprofissional. Diante desse cenário, a educação permanente torna-se uma estratégia indispensável para consolidar o papel clínico do farmacêutico na equipe e qualificá-lo para as especificidades do cuidado a pessoas com transtornos mentais (Zanella *et al.*, 2015, p. 331).

Marques *et al.* (2024, p. 412-413) afirma que as evidências acumuladas reforçam o valor da intervenção farmacêutica na utilização de psicotrópicos. Citam alguns estudos que demonstram que a colaboração interprofissional entre farmacêuticos e médicos melhora significativamente os sintomas em pacientes com transtorno de ansiedade generalizada. Além disso, intervenções estruturadas, como o acompanhamento individualizado, estão associadas a um aumento expressivo da

adesão ao tratamento e a uma redução de até 30% na incidência de reações adversas. Diante desses resultados, torna-se imperativa a implementação de protocolos e diretrizes clínicas que formalizem essa prática, além de promover a educação continuada para qualificar os profissionais, incentivar a pesquisa e fortalecer a colaboração interprofissional como um eixo central do cuidado seguro e efetivo em saúde mental.

Os achados mais relevantes dessa seção demonstram que o farmacêutico possui um papel clínico central no uso racional de psicotrópicos, atuando na educação do paciente, no monitoramento da adesão e na prevenção de problemas relacionados a medicamentos. No entanto, a efetividade dessa atuação é significativamente limitada por desafios estruturais, como a sobrecarga de tarefas administrativas e a falta de protocolos institucionais, e por barreiras profissionais, incluindo a insegurança e a necessidade de capacitação contínua. Fica evidente, portanto, que a superação desses obstáculos é fundamental para consolidar a integração do farmacêutico nas equipes de saúde mental e garantir um cuidado farmacoterapêutico seguro e eficaz.

2.2 A integração do farmacêutico na equipe multiprofissional para o manejo da ansiedade

O objetivo dessa seção é investigar a importância da comunicação entre o farmacêutico e a equipe de saúde no cuidado integral ao paciente com transtornos de ansiedade. Ao longo do texto, será explorado como a colaboração interprofissional, alinhada aos princípios do SUS e de um cuidado humanizado e centrado no paciente, impacta diretamente a segurança, a adesão ao tratamento e os resultados terapêuticos.

A comunicação entre o farmacêutico e a equipe de saúde é essencial para concretizar a atuação multidisciplinar e a integralidade do cuidado preconizadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente na atenção a pacientes com transtornos de ansiedade. Alinhado às diretrizes de políticas públicas, como as defendidas pela 3ª Conferência Nacional de Saúde Mental, o trabalho em equipe baseado no diálogo e na cooperação fortalece o modelo de atenção integral. A troca constante de informações entre o farmacêutico e os demais membros da equipe favorece intervenções mais coerentes e completas, aprimorando a qualidade do cuidado e a adesão terapêutica. Essa articulação entre os diferentes saberes traduz,

na prática, os princípios de humanização e integralidade no cuidado em saúde mental (Neves *et al.*, 2024, p. 5).

A continuidade do cuidado em saúde mental, especialmente para pacientes com transtornos de ansiedade, depende de uma comunicação eficiente e de um fluxo de informações ininterrupto entre os membros da equipe multiprofissional. Essa integração assegura que a orientação iniciada na consulta médica prossiga no ambiente da farmácia, promovendo a coerência do tratamento. Modelos de trabalho colaborativo, como o dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), baseiam-se no diálogo permanente entre profissionais de referência para a construção conjunta do projeto terapêutico singular, valorizando a troca de informações e o compartilhamento de responsabilidades (Zanella *et al.*, 2015, p. 326). Nesse contexto, o farmacêutico atua como um participante ativo, cuja inclusão na formulação e execução do plano terapêutico amplia a perspectiva clínica, favorece o uso racional de medicamentos e fortalece a segurança do paciente. O diálogo constante entre farmacêutico, médico e demais profissionais reforça a atenção integral e contribui diretamente para uma melhor adesão ao tratamento.

A produção do cuidado em saúde mental é alicerçada na autonomia e na responsabilidade compartilhada, que estabelece uma parceria entre profissionais, pacientes e familiares para fortalecer os programas terapêuticos. Nessa dinâmica, o farmacêutico integra a rotina dos serviços ao conectar o cuidado medicamentoso à realidade cotidiana do paciente, o que exige um equilíbrio entre o conhecimento técnico e a sensibilidade para com as dimensões humanas do tratamento. A articulação de seu saber com a equipe multiprofissional possibilita uma abordagem mais eficiente e humanizada, na qual a participação ativa de todos os envolvidos potencializa os resultados e melhora a qualidade de vida de pessoas com transtornos mentais (Marquez *et al.*, 2022, p. 22).

Embora os medicamentos sejam ferramentas eficazes para o alívio de sintomas e promoção do bem-estar, seu uso deve ser resultado de uma decisão compartilhada entre a equipe de saúde e o paciente, e não uma imposição. As decisões sobre psicofármacos precisam ser debatidas em equipe, reconhecendo que o tratamento não deve ser o único recurso para a melhoria da qualidade de vida. O protagonismo do paciente é central na escolha terapêutica, e ele deve ser plenamente informado sobre riscos e benefícios para exercer sua autonomia de forma consciente e segura. Nesse contexto, o papel educativo do farmacêutico é essencial para esclarecer as

bases do uso racional de medicamentos, fortalecendo a corresponsabilidade no cuidado em saúde mental (Marquez *et al.*, 2022, p. 21).

Para que os benefícios dessa interação sejam ampliados e consolidados, é imperativo o desenvolvimento de um ecossistema de suporte mais robusto. Isso se traduz na necessidade de implementar protocolos e diretrizes que padronizem as práticas clínicas, promover a educação continuada para qualificar os profissionais, incentivar a pesquisa e a inovação para a gestão dos transtornos de ansiedade e fortalecer a colaboração interprofissional. Aliado a isso, a conscientização da população sobre o uso racional e responsável desses medicamentos é um componente essencial para garantir um tratamento integral e seguro (Marques *et al.*, 2024, p. 412).

A comunicação eficaz entre o farmacêutico e a equipe de saúde é um pilar para a abordagem integrada e centrada no paciente com transtornos de ansiedade. No contexto da farmácia clínica, essa interação contínua com o paciente e a equipe multiprofissional visa alcançar melhores resultados farmacoterapêuticos e aprimorar a qualidade de vida. A participação ativa do farmacêutico em discussões de casos clínicos, oferecendo informações técnicas e avaliando criticamente as prescrições, assegura maior segurança ao tratamento, tanto durante a internação quanto na continuidade do cuidado após a alta. Essa cooperação fortalece a tomada de decisão conjunta e possibilita intervenções mais adequadas para a administração dos transtornos de ansiedade (Coutinho *et al.*, 2021, p. 2).

A assistência integral e personalizada ao paciente com transtorno de ansiedade depende fundamentalmente da integração entre médicos, farmacêuticos, psicólogos e demais profissionais da saúde. Uma comunicação eficaz e a troca contínua de informações sobre o histórico clínico do paciente são indispensáveis para garantir decisões terapêuticas mais seguras e a elaboração conjunta de planos de tratamento bem-sucedidos. Marques *et al.* (2024, p. 410) apresentam evidências, com base em uma pesquisa, que comprovam que a cooperação entre farmacêuticos e médicos na escolha e no ajuste de doses de psicotrópicos resulta em melhora significativa dos sintomas em pacientes com transtorno de ansiedade generalizada. Este trabalho em equipe consolida uma abordagem integral e responsável, sendo essencial fortalecer políticas que incentivem essa prática interdisciplinar para o controle seguro e eficaz dos psicotrópicos.

A interação do farmacêutico com a equipe multiprofissional pode ocorrer por vias verbais, como o contato direto ou telefônico, ou por meio de registros escritos que formalizam as orientações e contribuem para um acompanhamento clínico estruturado. Para que essa comunicação seja efetiva, é fundamental que o farmacêutico assuma uma postura proativa, afirmando seu papel como integrante ativo da equipe de saúde por meio da discussão de casos clínicos e da demonstração de seu destaque técnico-científico. Contudo, existe uma barreira significativa, pois, embora reconheçam a importância de contatar o médico ao identificar problemas na farmacoterapia, muitos profissionais hesitam em realizar essa intervenção, o que dificulta o estabelecimento de uma parceria colaborativa (Zanella *et al.*, 2015, p. 328).

A eficácia do cuidado integral ao paciente com transtornos de ansiedade é frequentemente limitada por uma lacuna na colaboração interprofissional. Embora muitos farmacêuticos identifiquem problemas relacionados à farmacoterapia, a intervenção junto ao médico prescritor nem sempre ocorre, muitas vezes por uma falta de segurança para discutir a prescrição. Essa comunicação restrita compromete a continuidade do cuidado e pode impactar negativamente os resultados terapêuticos e o uso racional de medicamentos. Para superar esse desafio, é essencial o estabelecimento de relações de cooperação duradouras, que comprovadamente transformam positivamente as práticas em saúde. O sucesso dessa parceria depende fundamentalmente do reconhecimento mútuo das competências e da clareza na definição das responsabilidades de cada profissional, fortalecendo a confiança e a integração entre prescrição, dispensação e acompanhamento (Zanella *et al.*, 2015, p. 330).

As responsabilidades do profissional no manejo dos psicofármacos são indissociáveis de uma abordagem comunicacional e colaborativa. Nesse contexto, o diálogo direto com o paciente não é apenas um ato de orientação, mas um componente essencial do cuidado integral, que se articula com as ações dos demais membros da equipe de saúde para garantir um tratamento coeso e centrado nas necessidades do indivíduo (Marquez *et al.*, 2022, p. 17). A assistência farmacêutica se materializa na prática por meio da interação direta do profissional com o paciente, uma abordagem que se mostra especialmente valiosa no cuidado de pessoas com transtornos de humor, como a depressão. Nesse diálogo, o farmacêutico atua como um educador, oferecendo orientações claras sobre a patologia e os medicamentos

prescritos, com o objetivo de promover a adesão ao tratamento e garantir uma farmacoterapia racional e segura (Marquez *et al.*, 2022, p. 20).

Os achados apresentados reforçam que a comunicação eficaz entre o farmacêutico e a equipe de saúde é um pilar para a integralidade e humanização do cuidado ao paciente com transtornos de ansiedade. Evidenciou-se que a colaboração interprofissional, baseada no protagonismo do paciente e na responsabilidade compartilhada, resulta em melhorias clínicas significativas e maior segurança terapêutica. Contudo, a efetividade dessa prática ainda é limitada por barreiras como a hesitação do farmacêutico em intervir e a ausência de uma cultura de cooperação consolidada, apontando para a necessidade de fortalecer as relações interprofissionais a fim de garantir um tratamento verdadeiramente integrado.

3. MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo foi configurado como uma pesquisa qualitativa de natureza descritiva, desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica integrativa. Esta abordagem metodológica foi escolhida por sua capacidade de sintetizar, analisar e integrar o conhecimento científico já consolidado, permitindo uma compreensão aprofundada sobre o papel do farmacêutico no uso racional de medicamentos psicotrópicos no tratamento da ansiedade, bem como identificar as principais lacunas na literatura e fundamentar a discussão proposta.

O levantamento bibliográfico foi conduzido utilizando as bases de dados eletrônicas Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), PubMed/MEDLINE, Scopus e Google Scholar. Para a busca dos artigos, foram empregados os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e seus correspondentes em inglês no Medical Subject Headings (MeSH). As combinações de busca incluíram os termos: "atenção farmacêutica"; "ansiedade"; "farmacêutico"; "psicotrópicos"; "uso racional"; "automedicação"; "adesão ao tratamento"; "transtornos de ansiedade"; "equipe de saúde"; "farmacêutico".

A seleção do material foi efetuada em três etapas: inicialmente, foi realizada a leitura dos títulos e resumos para avaliar a pertinência ao tema; em seguida, os artigos pré-selecionados foram lidos na íntegra para a aplicação rigorosa dos critérios de elegibilidade. Por fim, os dados dos artigos que compuseram a amostra final foram

extraídos e organizados em uma planilha eletrônica. A análise das informações foi conduzida de forma descritiva, agrupando os achados em categorias temáticas alinhadas aos objetivos específicos da pesquisa. A síntese integrativa dos resultados permitiu a comparação de evidências e a construção de uma discussão aprofundada para responder à questão norteadora do estudo.

Considerando que esta é uma pesquisa bibliográfica que utiliza exclusivamente fontes de dados secundários e de acesso público, a submissão a um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) foi dispensada. A integridade acadêmica foi assegurada por meio da citação rigorosa de todas as fontes utilizadas ao longo do trabalho.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura científica confirma que o papel do farmacêutico no cuidado ao paciente com transtornos de ansiedade é multifacetado e essencial para o uso racional de psicotrópicos. Os resultados indicam que a atuação clínica deste profissional vai além da dispensação, abrangendo o acompanhamento farmacoterapêutico, a educação em saúde e a gestão de riscos, o que contribui diretamente para a adesão ao tratamento e para a segurança do paciente. Evidenciou-se que a intervenção farmacêutica qualificada está associada à redução de eventos adversos e à melhora de desfechos clínicos, reforçando a importância de um cuidado contínuo e individualizado. No entanto, a efetividade dessa prática é frequentemente limitada por desafios estruturais, como a sobrecarga de tarefas administrativas, e por barreiras profissionais, como a falta de protocolos claros e a necessidade de capacitação contínua em saúde mental, o que dificulta a consolidação de seu papel clínico.

Confirmando a primeira hipótese da pesquisa, a literatura aponta que a automedicação com psicotrópicos é uma prática comum, frequentemente motivada pela familiaridade prévia com o medicamento ou pela tentativa de gerenciar sintomas ansiosos de forma autônoma. O farmacêutico surge como uma barreira fundamental contra essa prática, atuando na orientação sobre os riscos da utilização de medicamentos controlados sem prescrição e acompanhamento profissional. Da mesma forma, a hipótese de que a não adesão intencional ao tratamento está ligada à percepção individual sobre a necessidade do fármaco e ao receio de efeitos colaterais foi corroborada. Estudos demonstram que o diálogo e a educação em saúde

conduzidos pelo farmacêutico são decisivos para desmistificar o tratamento, esclarecer dúvidas e fortalecer a confiança do paciente, melhorando significativamente a continuidade da terapia. A autogestão inadequada, influenciada por fatores culturais e pelo acesso a informações muitas vezes equivocadas, também se mostrou um desafio relevante, ressaltando a função do farmacêutico como uma fonte de informação segura e qualificada.

As hipóteses relacionadas a fatores socioeconômicos e à necessidade de novos paradigmas de cuidado também encontraram respaldo na literatura. Embora a relação direta entre a alteração de doses e aspectos como renda e escolaridade não tenha sido o foco central dos artigos analisados, infere-se que barreiras de acesso e compreensão podem influenciar as decisões dos pacientes sobre o tratamento. Nesse contexto, a necessidade de um modelo de cuidado colaborativo entre profissionais e pacientes é um tema central. A literatura é unânime em afirmar que a integração do farmacêutico à equipe multiprofissional é crucial para a integralidade do cuidado. A comunicação eficaz com médicos e outros profissionais de saúde permite a discussão de casos, o ajuste de terapias e a resolução de problemas relacionados a medicamentos. Contudo, a efetividade dessa colaboração ainda é um desafio, muitas vezes limitada por uma comunicação insuficiente ou pela falta de reconhecimento do papel clínico do farmacêutico, o que impede a plena concretização de um cuidado centrado no paciente e verdadeiramente integrado.

5. CONCLUSÃO

Este estudo permitiu analisar o papel fundamental do farmacêutico na promoção do uso racional de medicamentos psicotrópicos para o tratamento da ansiedade. Conclui-se que a atuação deste profissional transcende a dispensação, consolidando-se como um pilar essencial para a segurança e eficácia do tratamento, por meio do acompanhamento farmacoterapêutico, da educação em saúde e da prevenção da automedicação. A intervenção farmacêutica qualificada demonstrou ser uma estratégia eficaz para aumentar a adesão ao tratamento, minimizar a ocorrência de reações adversas e fortalecer a autonomia do paciente em seu processo de cuidado.

Os resultados evidenciaram que, para que o farmacêutico exerça seu potencial de forma plena, é imprescindível superar desafios significativos, como a sobrecarga

de funções administrativas e a falta de integração efetiva com a equipe de saúde. A comunicação e a colaboração interprofissional surgem como elementos-chave para um cuidado integral e centrado no paciente. Portanto, reforça-se a necessidade de políticas institucionais que valorizem e estruturam a prática clínica farmacêutica, garantindo o espaço e as ferramentas necessárias para sua atuação.

Diante do exposto, o estudo alcançou seu objetivo ao demonstrar como o farmacêutico pode atuar de forma mais eficaz na promoção do uso racional de psicotrópicos, contribuindo para a qualidade de vida dos pacientes com transtornos de ansiedade. Recomenda-se a realização de futuras pesquisas, especialmente estudos de campo, para avaliar o impacto de intervenções farmacêuticas específicas em diferentes contextos de saúde e fortalecer as evidências sobre a importância desta prática para a saúde pública.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância Sanitária. **Portaria nº 344**, de 12 de maio de 1998. Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344_12_05_1998_rep.html. Acesso em: 02/11/2025.

COUTINHO, Georgia Câmara; ANDRADE-JÚNIOR, José Ribamar de; LULA, Mariana Dias; PORTELA, Ronaldo. Implantação e estruturação do serviço de farmácia clínica em um hospital psiquiátrico da rede pública de saúde. **Revista Brasileira de Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde**, v. 12, n. 4, p. 0668, 2021. DOI: 10.30968/rbfhss.2021.124.0668. Disponível em: <https://rbfhss.org.br/sbrafh/article/download/668/605>. Acesso em 11/10/2025.

NEVES, Laura Cristina de Macedo; LOFIEGO, Lisley Ramos; ARAÚJO, Maria Elenilza Pereira de; FONTENELE, Vanessa da Silva; SILVA, Tallyson Menezes Bento da; CARVALHO, Amanda Bezerra. A atuação do profissional farmacêutico na saúde mental no âmbito do centro de atenção psicossocial. **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**, Curitiba, v. 22, n. 12, p. 01-18, 2024. DOI: 10.55905/oelv22n12-068. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/10265349.pdf>. Acesso em 11/10/2025.

MARQUES, Maria Eduarda Oliveira; LIMA, Íris Costa e Sá; GALVÃO, José Guilherme Ferreira Marques; NÓBREGA, Rafaela de Oliveira. Atuação do profissional farmacêutico na gestão responsável e eficaz de medicamentos psicotrópicos. **Revista Interdisciplinar em Saúde**, Cajazeiras, v. 11, p. 401-415, 2024. DOI: 10.35621/23587490.v11.n1.p401-415. Disponível em: https://www.interdisciplinaremsaude.com.br/Volume_32/Trabalho_28_2024.pdf. Acesso em 11/12/2025.

MARQUEZ, Carolinne de Oliveira; COSTA, Juliano Cezar Alexandre; MACIEL, Jhuly Carla Silva. Controle e consumo de psicofármacos e a atuação do farmacêutico: uma revisão integrativa. **Scire Salutis**, v. 12, n. 3, p. 16-24, 2022. DOI: 10.6008/CBPC2236-9600.2022.003.0003. Disponível em: <https://sustenere.inf.br/index.php/sciresalutis/article/download/7678/4229/16296>. Acesso em 11/10/2025.

ZANELLA, Carolina Gomes; AGUIAR, Patricia Melo; STORPIRTIS, Sílvia. Atuação do farmacêutico na dispensação de medicamentos em Centros de Atenção Psicossocial Adulto no município de São Paulo, SP, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 2, p. 325-332, 2015. DOI: 10.1590/1413-81232015202.17872013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/9dRB7Bb9656Lxsr3ZRjmYYf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 11/10/2025.